



Mercedes-Benz

ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.
CONCESSIONÁRIO DE VEÍCULOS
COMERCIAIS MERCEDES-BENZ

ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2024

RECURSO ADMINISTRATIVO

ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.043.949/0001-20, por intermédio de seu representante legal, o Sr. CHANDYLES BRUNO DE ALMEIDA OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF: 005.976912-23, RG: 10825843-SSP/AC, recorremos contra o ato em que habilita a proposta e habilitação da empresa da empresa F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA, com nossas seguintes alegações.:

DOS FATOS.

A empresa foi declarada vencedora no item 4 e 5 “Veículo automotor tipo VAN”, da marca MERCEDES-BENZ.

No momento da sessão foi questionado a obediência ao item 4.3 referente a comercialização de veículos.

4.3 A licitante deverá comprovar o cumprimento integral da Lei 6.729/79 que preceitua que os veículos novos somente poderão ser comercializados pelas concessionárias, nos moldes da lei, com exceção a vendas diretas pelos fabricantes a clientes especiais, conforme artigos 1º e 12 da Lei 6.729/79.

No momento do questionamento a empresa BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA, se manifestou sobre o questionamento realizado pela empresa ACRE COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA, que a empresa estaria tumultuando o processo.

De 42.066.831/0001-06 - Sr. Pregoeiro! A empresa Acre Comercio está tentando tumultuar o certame a todo momento com inalações. Aconselho ao licitante estudar um pouco Direito, visto que o TCU julgou improcedente a representação que a Concessionária entrou contra a empresa de Revenda. Inclusive o próprio TCU entendeu ilegal a exigência da aplicação da Lei 6.729 nas contratações públicas onde envolvem recurso federal. Espera o momento de RECURSO, não fique tumultuando.

BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA, anexou em sua habilitação o ACÓRDÃO 1510/2022.

Fomos em busca do julgamento do Acórdão citado, e verificamos que se trata de uma representação realizada pela empresa CARMO VEÍCULOS LTDA pela sua desclassificação no certame. Se trata de um PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 certame redigido pelo Município de Águas Formosas/MG.

O PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020, não tinha em seu ato convocatório a inclusão da Lei 6.729.:

As empresas que concorrem aos processos licitatórios sabem muito bem como é o procedimento do pregão presencial, porém a empresa CARMO VEÍCULOS LTDA, realizou sua participação perante o certame encaminhando seus documentos via Sedex, porém esqueceu de encaminhar juntamente com o envio do pacote seu processo de credenciamento e sua habilitação, o que ocasionou a sua desclassificação no certame.

A empresa que se sagrou vencedora no certame foi a empresa MABELÊ COMÉRCIO DE VEÍCULOS-EIRELI, processo redigido na lei antiga senhores.

A empresa CARMO VEÍCULOS LTDA, cometeu vários erros perante o certame, entre eles são.:

1º - Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação por parte da empresa para exigência no ato convocatório do certame a inclusão da Lei 6.729;

2º - A empresa cometeu falhas na confecção de sua habilitação, esquecendo de encaminhar seu processo de credenciamento e habilitação no certame.

Que não é o caso do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2024, elaborado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Cujo mesmo faz a menção da exigência da apresentação da Lei Nº 6.729/79.

4.3 A licitante deverá comprovar o cumprimento integral da Lei 6.729/79 que preceitua que os veículos novos somente poderão ser comercializados pelas concessionárias, nos moldes da lei, com exceção a vendas diretas pelos fabricantes a clientes especiais, conforme artigos 1º e 12 da Lei 6.729/79

Observamos também que nenhuma empresa protocolou pedido de esclarecimento ou impugnação quanto ao ato convocatório do certame, a única empresa que apresentou pedido de esclarecimento foi a NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.

Lembrando senhores que o processo foi redigido na nova Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.



Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

No sistema verificamos o “RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES”, observem que todas as empresas participantes do certame declararam que atendia aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

É muito comum os licitantes não observarem as exigências editalícias, e assinam declarações que atendem aos requisitos de habilitação. Como não ocorreu nenhum pedido de esclarecimento ou impugnação quanto ao cumprimento da Lei nº 6.729/79, todos firmaram a declaração que atendiam os requisitos de habilitação, ou seja, concordaram com a exigência do certame.

Verificamos que administração optou para que o certame licitatório fosse realizado com base na nova lei de licitações e contratos, Lei nº 14.133/2021, conforme art. 191.

"Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

O ACÓRDÃO 1510/2022, apresentado no certame foi julgado na antiga Lei de licitações, a saber a Lei 8.666/1993, a qual não deve se mesclar com o processo em questão aqui.

É notório que a lei que rege este certame é a NLLC, Lei nº 14.133/2021 e não mais a Lei nº 8.666/93, que mesmo em período de transição, não há que se mesclar ambas, a passo que existem outras leis e decretos em vigor que são aplicados de forma subsidiária ou concomitante, sempre visando manter a norma de um processo licitatório, seja ele qual for sua modalidade.

A Lei nº 14.133/2021, por mais que seja a principal reguladora deste processo, administração pública pode e tem o direito de incluir condições que lhe assegurem a contratação mais segura e eficiente.

Induzindo a comissão a realizar o PARECER Nº 8/2024/DEESOP/PREFCAM, em desconformidade com a lei NLLC, Lei nº 14.133/2021.

O edital foi elaborado para aquisição de veículos novos, zero quilômetro, fabricação nacional, modelo e fabricação 2024 ou posterior, e logo percebemos que administração se sujeitou as normas específicas que regulam a aquisição destes.

No caso em questão, a comercialização de veículo novo (zero km) é regulamentada pela Lei Ferrari (nº 6.729/79), que preceitua que os veículos novos somente poderão ser comercializados pelas concessionárias, nos moldes da lei, com exceção a vendas diretas pelo fabricante a clientes especiais, conforme pode se observar nos artigos 19 e 12 da Lei 6.729/79, in verbis:

"Art. 1º. A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.



Mercedes-Benz

ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.
CONCESSIONÁRIO DE VEÍCULOS
COMERCIAIS MERCEDES-BENZ

Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda."

Dessa forma, quando o veículo for revendido por não concessionária ou não fabricante (que também se caracteriza como consumidor final), a administração pública, estaria descaracterizando o conceito jurídico de veículo novo.

Não obstante isso, a deliberação 64/2008 do CONTRAN em seu anexo, define "veículo novo" como veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento.

A fim de dar segurança jurídica a aquisição nos termos da Portaria nº. 525/2019/DETRAN, publicado no DOE nº, 27.533 no dia 25/07/2019, página 39,

Ocorre, que seguindo as regras do Sistema RENAVAM, conforme podemos extrair do artigo 19 do CTB, as informações indicadas no pré-cadastro do veículo não correspondiam a nota fiscal para emplacamento. Antes da publicação da Portaria, os registros de emplacamento figuravam como proprietário anterior a fábrica e proprietário atual o órgão público que licitou. A empresa vencedora da licitação sequer apareceria na cadeia sucessória de registro do veículo.

Seguindo as disposições do artigo 19 e 22, ambos do CTA providenciamos a atualização sistêmica e bloqueamos o emplacamento desses veículos por meio de nota fiscal não condizente com os dados registrados pela fábrica ao realizar o pré-cadastro do veículo,

Mediante as assertivas acima, o veículo novo somente poderá ser comercializado por concessionária ao consumidor final, ficando claro que o fato de ser revendido por uma não concessionária descaracteriza o conceito jurídico de veículo novo ZERO KM, consequentemente não poderá ser efetuado o primeiro emplacamento em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, mas sim em nome da empresa que o adquiriu com posterior transferência da posse do mesmo para o adquirente que se tornara seu segundo proprietário, sendo assim, o veículo terá seu primeiro emplacamento em nome da empresa que o adquiriu e não em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE.

TCE — MT - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso já se posicionou sobre o assunto, senão vejamos:

"o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no Processo nº 233544/2016, a Lei Ferrari, a deliberação do CONTRAN nº 64/2008 e a Portaria nº 525/2019 do DETRAN, no sentido de que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final." (Grifamos).

Assim, mediante os ditames previstos na Lei Ferrari nº 6729/79, o DETRAN-MT publicou a Portaria nº 525/2019/GP/DETRAN-MT que dispõe sobre a nota fiscal a ser considerada no ato de registro e emplacamento de veículos, vejamos:

"Considerando que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final, resolve:

Art. 19 Estabelecer que somente será considerada como nota fiscal válida, para fins de registro/emplacamento de veículo, as notas fiscais faturadas por pessoa jurídica com CNPJ idêntico ao CNPJ informado pelo fabricante na Base de índice Nacional - BIN, correspondente ao campo "CNPJ de Faturamento".

§1º A variação de CNPJ entre a pessoa jurídica responsável pela emissão da nota fiscal e o CNPJ indicado na BIN somente será aceita para os casos de variação entre CNPJ da matriz e CNPJ da filial.

Desta feita, com base na presente portaria, a empresa que não for concessionária, não irá conseguir realizar o emplacamento do veículo em nome da SEDEC- MT, visto que, por não se tratar de fábrica ou concessionária, não conseguirá inserir o CNPJ da SEDEC-MT na base de índice nacional BIN.

Vários estados já adotaram a Lei Ferrari nº 6729/79, temos o exemplo a região sul, por exemplo o estado de Santa Catarina. Publicou sua própria portaria através do OFÍCIO Nº 395/DETRAN/SC/DIET/2020. Como foi o caso também do estado de Mato Grosso citado aqui.



Mercedes-Benz

ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.
CONCESSIONÁRIO DE VEÍCULOS
COMERCIAIS MERCEDES-BENZ



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
GERÊNCIA DE REG. E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS

OFÍCIO N.º 395/DETRAN/SC/DIET/2020

Florianópolis, 14 de Dezembro de 2020.

Prezado(a) Senhor(a),

Sirvo-me do presente para informar que o DETRAN de Santa Catarina implantou no sistema DETRANNET a crítica de CNPJ do faturado na BIN na abertura de processos veículos zero quilômetro.

Esta crítica consiste em só permitir o registro de um veículo zero quilômetro quando o CNPJ da nota fiscal e faturado na BIN for do fabricante ou da concessionária da marca, conforme previsto na [Lei Nº 6.729/1979](#), conhecida também como Lei Ferrari, alterada pela [Lei Nº 8.132/1990](#).

Este procedimento foi adotado, pois veículos estavam sendo adquiridos por empresas que não são concessionárias da marca ou por transformadores, que adquiriam o veículo em seus nomes, emitiam nova nota fiscal, alteravam o CNPJ na BIN e comercializam para terceiros, sendo muitos destes Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais.

Desta forma solicito ampla divulgação perante as Prefeituras do Estado de Santa Catarina para que atuem a esta regra quando forem licitar/adquirir veículos, pois os que estiverem em desacordo com esta regra não poderão ser registrados, podendo causar prejuízos aos cofres públicos.

Atenciosamente,

Sandra Mara Pereira
Diretora do Detran/SC

Como as empresas declinaram seu direito de realizar seus pedidos de esclarecimento e impugnações, elas perderam o direito de reclamar posteriormente de quaisquer reclamações posteriores quanto a suas desclassificações.

Conforme o item 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que.:

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

ALERTA

A empresa vencedora apresenta em ambos os itens o modelo SPRINTER 517 20+1.

Item 4 – no valor de R\$ 398.000,00 (Trezentos e Noventa e Oito Mil Reais); e

Item 5 - no valor de R\$ 406.500,00 (Quatrocentos e Seis Mil e Quinhentos Reais).

ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA é concessionária autorizada da marca MERCEDES-BENZ no Acre. Verificando os valores praticados pelos concorrentes, esse valor é incompatível com o produto ofertado. O que vem acontecendo muito nos procedimentos licitatórios são empresas transformadoras comprando veículo tipo furgão e adaptando para transformá-los em Vans. Porém administração pública ao receber o veículo, deve verificar o chassi do veículo junto ao fabricante, o motivo é obvio. Se administração pública realizar o procedimento para contratação de seguro, e caso ocorra algum sinistro ao veículo passará por uma vistoria cautelar, se a seguradora detectar que o chassi pertence a um veículo do tipo furgão, órgão será ressarcido de acordo com avaliação do mercado (ou seja, prejuízo). Não é à toa que “o barato sai caro depois”.

DO PEDIDO

Como podemos observar a empresa F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA, não é concessionária autorizada da marca MERCEDES-BENZ impossibilitando sua habilitação no presente certame. Solicitamos a desclassificação pelo não cumprimento do item 4.3.

ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ/MF Nº 04.043.949/0001-20 / INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 01.001.397/001-92

RODOVIA BR 364, Nº 4260, SANTA INÊS - CEP: 69907-701 - RIO BRANCO / ACRE (CAIXA POSTAL: 187)

CONTATOS: TEL.: (68) 3212-1000 / FAX: (68) 3212-1038 / e-mail: acrediesel@acrediesel.com.br / dep.licitacao@gruporaviera.com.br



Mercedes-Benz

ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.
CONCESSIONÁRIO DE VEÍCULOS
COMERCIAIS MERCEDES-BENZ

4.3 A licitante deverá comprovar o cumprimento integral da Lei 6.729/79 que preceitua que os veículos novos somente poderão ser comercializados pelas concessionárias, nos moldes da lei, com exceção a vendas diretas pelos fabricantes a clientes especiais, conforme artigos 1º e 12 da Lei 6.729/79.

Rio Branco/Acre, dia 20 de maio de 2024.

CHANDYLES BRUNO DE ALMEIDA OLIVEIRA
ACREDIESEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ nº 04.043.949/0001-20